

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA


1
2 Aos seis dias de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às 08h 40 min no Auditório João Nicolau Petroni da
3 Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT) ocorreu a 6ª Reunião Ordinária do Conselho
4 Estadual de Pesca – CEPESCA, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião; 2) Discussão e aprovação da Ata
5 da 5ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 25 de outubro de 2018; 3) Aprovação do Calendário de Reuniões
6 Ordinárias 2019; 4) Apresentação dos Resultados do Grupo de Trabalho sobre Regulamentação dos
7 Tabuados e Barracos dos Pescadores Artesanais Profissionais de Cáceres; 5) Encaminhamentos realizados
8 pela comissão de acompanhamento da Lei da Pesca; 6) Informes; 7) Assuntos Gerais e Encerramento. A
9 reunião foi presidida pela Secretária Executiva do CEPESCA, Srª. Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila. A
10 reunião contou com a presença dos seguintes representantes institucionais do Conselho: Sr. Ivan Freitas da
11 Costa, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Amazônica (ARPAN); Srª. Julita Burko
12 Duleba, representante da Bacia Amazônica-Colônia Z 16; Sr. Belmiro Lopes de Miranda, representante do
13 CONSEMA/Federação dos Pescadores; Srª. Elza Basto Pereira, representante da Bacia do Paraguai - Colônia
14 Z-02; Srª. Lúcia Aparecida de Fátima Mateus, representante da UFMT; Sr. Rafael Vieira Nunes, representante
15 do MPE, Sr. Renato da Silva Bezerra, representante da SEC-MT; Sr. Ricardo da Costa Carvalho, representante
16 da OPAN. Estiveram presentes também participantes ouvintes, conforme lista de presença da reunião,
17 arquivada na Secretaria Executiva do CEPESCA, sendo registrado os que se manifestaram: Sr. Fernando Lima
18 (pescador profissional Colônia Z-14); Sr. Lourenço Leite (pescador profissional Colônia Z-02); Srª Enilza da Silva
19 (pescadora profissional Colônia Z-02); Sr. Lorival Alves da Motta (Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres
20 AAPPEC); Justino Ramos (pescador profissional Colônia Z-02). A reunião foi aberta pela Srª. Gabriela Priante e
21 inicia perguntando ao Conselho se tem alguma observação sobre requerimentos de urgência que tivessem
22 fora da pauta, para ser inserido. A reunião se inicia sendo informado que a ata da 5ª Reunião Ordinária,
23 ocorrida no dia 25 de outubro de 2018, será encaminhada via e-mail, sendo a mesma aprovada por
24 unanimidade. A próxima pauta refere-se à Aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias 2019, sendo
25 aprovado por unanimidade as seguintes datas: 1ª Reunião Ordinária – 14/02/2019; 2ª Reunião Ordinária –
26 11/04/2019; 3ª Reunião Ordinária – 13/06/2019; 4ª Reunião Ordinária – 08/08/2019; 5ª Reunião Ordinária –
27 10/10/2019; 6ª Reunião Ordinária – 05/12/2019. Gabriela esclarece sobre a questão pontuada na reunião
28 anterior dos problemas em relação ao carbono dos blocos de DPI's. Ela solicita a necessidade de cuidado no
29 armazenamento dos referidos blocos de forma a evitar problemas nas respectivas folhas de carbono, pois a
30 umidade afeta a transcrição da segunda via. A próxima pauta tratou da Apresentação dos Resultados do
31 Grupo de Trabalho sobre regulamentação dos tabuados e barracos dos pescadores artesanais profissionais
32 de Cáceres. A apresentação foi realizada pelo coordenador do GT o Sr. Luciano da Associação Xaraiés. Ele
33 contextualizou as atividades desenvolvidas no âmbito do GT e caracterizou a situação dos barracos e
34 tabuados existentes principalmente na região de Cáceres na margem do Rio Paraguai onde foi realizada a
35 pesquisa da Comissão de Registro de Patrimônio Imaterial de pescadores e pescadoras artesanais e
36 tradicionais de Cáceres. Os barracos e tabuados se localizam nas áreas de preservação permanente, são
37 estruturas de baixo impacto, muitas vezes não tem boa apresentação, as estruturas utilizadas na sua
38 construção são bem frágeis com materiais de lona, palafita e outros recursos naturais oferecidos pela região.
39 Essas estruturas podem comportar, conforme sua dimensão, entre 02 a 20 pessoas que exercem a atividade
40 da pesca profissional durante oito meses ao longo dos rios e as utilizam como uma área de proteção às
41 intempéries naturais como frio, chuva, bem como de proteção de onça e outros perigos. A situação de lixo e
42 demais problemáticas de ocupação são sempre de responsabilidade de cada pescador. Apesar de não
43 morarem nestas estruturas, os pescadores permanecem durante 8 meses no rio, por isso necessitam de uma
44 estrutura mínima para sua acomodação por meio destas estruturas chamadas barracos e tabuados. Estas
45 estruturas simples servem para o local de higiene pessoal, para limpeza do peixe, como atracador e para não
46 pisar no barro mantendo a sua segurança. Fez-se referência sobre a importância do uso da canoa de um pau
47 só utilizada no passado, atualmente, dada a legislação, não mais confeccionada. Chamando atenção de que
48 essa canoa poderia voltar a ser feita com árvores mortas, restabelecendo uma prática e possibilitando a
49 reprodução cultural de saberes trazidos de gerações anteriores. Neste trabalho foram realizadas 100 horas
50 de reuniões de pesquisa com pescadores profissionais e artesanais, obtendo resultados importantes para

51 entender o patrimônio cultural imaterial. Diante das questões apresentadas e como um produto do referido
52 GT, foi apresentada uma proposta de resolução do CEPESCA para regulamentação de barracos e tabuados
53 de pescadores artesanais. Entendeu-se que as estruturas como barracos, palafitas e tabuados, configuram
54 um patrimônio cultural imaterial com descrição (pesquisa) e performance patrimonial (relação com o
55 Estado-Nação), sendo objetos utilizados em acampamentos que coexistem com a paisagem e condicionam a
56 reprodução de saberes e práticas tradicionais. Neste sentido, a resolução caracteriza estas estruturas, bem
57 como outras denominações para barracos e tabuados conforme tipologia, morfologia e volumetria previstas
58 nessa regulamentação. Após a apresentação houve várias manifestações de apoio ao trabalho realizado pelo
59 grupo de trabalho. O Sr. Fernando pontua sobre a necessidade de diferenciar os barracos e tabuados de
60 outros barracos de madeira e tablados, instalados em áreas particulares. A Sra. Julita esclarece que para a
61 região norte de MT, essas estruturas são denominadas como “rabo de jacu”. A Sr. Elza parabeniza pelo
62 trabalho e reforça a importância desta resolução para vida dos pescadores profissionais da região de Cáceres
63 os quais vem enfrentando alguns contrapontos junto às ações do MPF. O Sr. Lourenço realiza uma fala muito
64 emocionada contextualizando a importância deste trabalho para a sua vida. Ele pontua que se sentia
65 esgotado pelas ações realizadas pelo poder público na região de Cáceres e descreve todas as situações
66 constrangedoras que passou na eminência de ter seu barraco demolido. Agora, se sente lisonjeado por ter a
67 oportunidade de participar como membro convidado do GT e poder auxiliar trazendo seus relatos e vivência.
68 Ele reforça que tudo o que ele trouxe para contribuir foram reivindicações dos demais pescadores da região
69 e que estar dentro de uma sala com ar-condicionado deliberando um assunto tão importante para a vida dos
70 pescadores é uma grande satisfação. Reforça que eles não têm tido problemas com os proprietários de terra
71 e sim com o Poder Público por meio da ação coordenada pelo MPF em parceria com IBAMA e SEMA. Este
72 caso trata mais especificamente da Recomendação nº 2/2017 do Ministério Público Federal e Ministério
73 Público Estadual, que é resultado do Inquérito Civil 1.20.000.000181/2014-20 em que “O processo de
74 ocupação ilegal das margens do Rio Paraguai precisa ser urgentemente contido e revertido, sob pena de
75 agravamento do quadro ambiental já verificado”. O Sr. Lourenço conclui que com o resultado deste trabalho
76 do CEPESCA, ele entende que o Poder Público está reconhecendo uma situação real e procurando resolver
77 um grande problema da região que ele representa. A Sr^a. Elza complementa parabenizando a fala do Sr.
78 Lourenço e reforça que ele representa muito bem a classe dos pescadores profissionais. Os Srs. Enilza e
79 Lorival complementam algumas informações vivenciadas nas margens do rio ressaltando as questões de
80 segurança no rio e reforçam sobre o ineditismo do trabalho que promove a melhoria das condições de
81 trabalho de um grupo que não depreda a natureza, pelo contrário, preserva. O Sr. Justino citou que o
82 trabalho de pesquisa realizado com os pescadores ajuda no dia-a-dia. O Sr. Belmiro considerou importante a
83 normativa ter validade em todo estado, citou a derrubada de barracos em Sinop, mostrou preocupação com
84 o processo de marginalização do pescador, explicou sobre a necessidade da categoria ser fortalecida e unida
85 para que a atividade da pesca, não seja extinta no futuro. Foi questionado sobre o atraso no pagamento do
86 seguro de defeso e foi explicado que este atraso está relacionado a melhorias no sistema do INSS. O Sr.
87 Rafael pontua a importância deste trabalho e reforça a necessidade de dar publicidade e legitimidade a este
88 encaminhamento do CEPESCA. Após as discussões, a resolução apresentada foi aclamada e aprovada por
89 unanimidade. O GT apresentou também uma proposta de Moção dirigida aos órgãos estaduais
90 competentes, à Comissão de Zoneamento Sócioeconômico e Ecológico do Estado de Mato Grosso, ao
91 Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cáceres - CONDEMA, ao Conselho de Meio Ambiente do Estado
92 de Mato Grosso - CONSEMA, à Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso - SEC/MT, à Secretaria de
93 Saúde do Estado de Mato Grosso - SES/MT, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN,
94 à Secretaria do Patrimônio da União - SPU, à Marinha do Brasil, ao Conselho Consultivo do Parque Nacional
95 de Taiamã - ICMBio, à Prefeitura Municipal de Cáceres, ao Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT/Campus
96 de Cáceres, à Universidade Federal de Pelotas - UFPel, à Universidade Estadual de Mato Grosso -
97 UNEMAT/Faculdade de Ciências da Saúde e Departamentos de Direito de Cáceres e Barra do Bugres
98 referente à preocupação com as Políticas Públicas de Pesca e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial
99 de Pescadores e Pescadoras Artesanais e de Subsistência e Ribeirinhos e Ribeirinhas de Cáceres. O objetivo
100 desta Moção é orientar as salvaguardas necessárias para a gestão do patrimônio cultural imaterial (PCI) de
101 pescadores e pescadoras artesanais, de subsistência, ribeirinhos e ribeirinhas. A proposta de Moção, foi

102 aclamada e aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a declarar a reunião encerrou às 12 h e 35 min e
103 eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA que será assinada por mim, Secretária Executiva do
104 Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA.

105

106

107 

Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila

108 Secretária Executiva do CEPESCA

